

Aparência e realidade

O MINISTÉRIO da Educação reconhece, já olhando para 1992, que não tem como controlar as mensalidades das escolas particulares. Experiências neste sentido não deram certo; e o Ministro Goldemberg explica que a filosofia do Governo é a da economia de mercado.

O mesmo tempo, o Ministro oferece um raciocínio cristalino: "O problema das mensalidades do ensino particular será resolvido quando melhorar a qualidade do ensino nas escolas públicas." Um tempo enorme teria sido poupado se essa ideia já estivesse passando da teoria para a prática.

HÁ indícios de que, em São Paulo, isto está acontecendo. O Governador Fleury obteve do Banco Mundial (Bird) um empréstimo de US\$ 258 milhões para transformar, em 1992, 300 escolas do Estado em centros de ensino que tenham nível equivalente ao das melhores escolas particulares. Investindo no projeto uma verba equivalente à do Bird, o Governo paulista decidiu criar escolas com maior número de funcionários, professores mais bem remunerados, bibliotecas e uma rede exclusiva de TV em UHF.

HÁ uma diferença básica entre esse projeto e o dos

Ciacs, duvidosos sucessores dos Cieps: a percepção de que não há tempo a perder (e muito menos dinheiro) se se quer diminuir o monstruoso rombo do ensino público brasileiro, mecanismo diabólico de perpetuação dos nossos desequilíbrios sociais.

NÃO há projeto arquitetônico para as escolas de São Paulo, que o Governador chama de escolas-padrão. O Governo só vai construir escolas onde houver superlotação de alunos. O importante no plano — segundo o Governador — é que todos os prédios escolhidos para a experiência (200 na Capital e cem no Interior) tenham espaço suficiente para abrigar pelo menos 1.500 crianças em três turnos de cinco horas.

OS prédios que não estiverem em boas condições físicas serão recuperados. Além do turno de cinco horas, a escola-padrão terá 200 dias letivos (20 a mais que a escola tradicional) e seus professores trabalharão em regime de dedicação exclusiva, recebendo gratificações equivalentes a 30% do salário.

COMO se vê, não é só na arquitetura que esse projeto difere dos acariciados por Brasília e Rio de Janeiro. Há nisto um enorme paradoxo: o Estado mais rico da Federação, o que

dispõe do melhor parque produtivo, contenta-se com um projeto de educação que parece muito mais pobre que o dos Ciacs e Cieps.

SÓ parece: não é o prédio que faz a educação. São Paulo — como sempre — tem pressa. Seu sistema produtivo sofre com a baixa qualificação da mão-de-obra. Problema, aliás, de todo o País. Estudo que acaba de ser divulgado nos Estados Unidos mostra que a mão-de-obra brasileira é cara e despreparada. Despreparada pela falta de educação; cara por uma infinidade de encargos sociais que acabam nem beneficiando tanto o empregado: vão alimentar a máquina estatal, de onde retornam reduzidos a uma pequena fração do que eram.

MÃO-de-obra despreparada gera salário baixo; que resulta na baixa produtividade. É um círculo vicioso infernal, que só pode ser quebrado por um investimento efetivo na qualificação do trabalhador.

TÃO grande é o nosso atraso, que o esforço de educação do País tem de mostrar eficácia, pragmatismo — e velocidade. É o que parece estar sendo perseguido pelo projeto paulista. Já não se pode dizer o mesmo das experiências vistas onde a aparência vem levando a melhor sobre a realidade.